

# Diálogos inter e intraconfessionais no século XVI como exemplos para uma pedagogia do diálogo contemporâneo

## Inter and intraconfessional dialogs in the 16<sup>th</sup> century as examples for a pedagogy of contemporary dialog

Martin Timóteo Dietz<sup>1</sup>

### Resumo

O esforço ecumênico atual não pode ignorar tentativas – bem-sucedidas ou não – de diálogo realizadas no passado. Ainda que o movimento ecumênico moderno remonte ao início do século XX, já antes disso ocorreram tratativas tanto entre católicos e protestantes quanto entre representantes de diferentes correntes do protestantismo. A “comunhão dos santos” da qual fala o credo não é apenas sincrônica, mas igualmente diacrônica, englobando pessoas cristãs não somente de todos os lugares, mas também de todos os tempos. O texto visa auscultar tentativas de diálogo religioso (cristão) ocorridas no século XVI e perguntar por sua relevância pedagógica – positiva e negativa – para diálogos atuais.

### Palavras-chave

Diálogos. Século XVI. Catolicismo. Protestantismo.

### Abstract

The current ecumenical effort cannot ignore attempts of dialog – whether they have been successful or not – realized in the past. Albeit the modern ecumenical movement goes back to the beginning of the 20<sup>th</sup> century, negotiations happened between Protestants and Catholics and between representatives of different currents of Protestantism as well. The “communion of the saints” which the creed mentions is not only synchronic, but also diachronic, involving Christian people from not only all places, but also from all times. The text aims to auscultate religious (Christian) dialog attempts that happened in the 16<sup>th</sup> century and to inquire for their pedagogical relevance – positive or negative – for current dialogs.

### Keywords

Dialogs. 16<sup>th</sup> century. Catholicism. Protestantism.

## INTRODUÇÃO<sup>2</sup>

O movimento ecumênico moderno, conforme praticado e refletido atualmente, remonta ao início do século XX. Razões múltiplas, entre elas as tensões surgidas nos campos de missão norte-americana e europeia nos continentes africano e asiático, bem como a crescente consciência da responsabilidade social dos cristãos, forçaram igrejas e agências missionárias à busca por

---

<sup>1</sup> Doutor em Teologia pela Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg (FAU). Bacharel em Teologia Evangélica pela Evangelische Kirche em Hessen und Nassau (EKHN). Pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Contato: [martin.dietz@hotmail.com](mailto:martin.dietz@hotmail.com).

<sup>2</sup> Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 31<sup>o</sup> Congresso Internacional da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião – *Religião, ética e política*, realizado na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em julho de 2018.

superar situações que eram crescentemente percebidas como contrárias ao testemunho do Evangelho (FRIELING, 1995, p. 53; SANTA ANA, 1987, p. 221-229).

Esses primórdios do movimento ecumênico não autorizam, porém, a que se esqueça que, já antes de 1900, ocorreram não apenas processos de mútua condenação e exclusão entre as diversas denominações cristãs, mas igualmente tentativas de aproximação e de diálogo: entre católicos e protestantes bem como entre grupos dentro do protestantismo.

O presente artigo procura, de maneira breve, resgatar a memória de algumas tentativas de diálogo inter e intraconfessional ocorridas já no século XVI. A título de exemplo, serão referidos encontros entre representantes católicos e protestantes; dentro do protestantismo chamado magisterial; e de representantes da Reforma magisterial – luteranos, calvinistas e anglicanos, que conquistaram respaldo político e mesmo caráter oficial nas áreas em que foram estabelecidos, tornando-se responsáveis pelo magistério eclesiástico nos respectivos territórios – com integrantes da assim denominada Reforma radical – os quais, ao menos no século XVI, permaneceram minoritários, sujeitos a repressões e mesmo represálias do respectivo poder territorial das áreas em que estavam presentes (TERRA; OLIVEIRA, 2017, p. 47). Os exemplos a serem mencionados indicam continuidades temáticas nas relações entre as diferentes denominações até o século XXI, ao mesmo tempo que sinalizam algumas descontinuidades, por exemplo no tocante a interesses e atores envolvidos em tais processos dialogais.

Ao trazer à memória elementos de diálogo e de debates de um passado já mais remoto, o artigo objetiva contribuir para a reflexão a respeito da necessidade de contínua contextualização dos mais diversos eventos – sociais, políticos, econômicos etc. –, sem a qual ameaçam se perder importantes critérios de reflexão e de ação contemporâneas. Assim sendo, embora o artigo trabalhe de modo essencialmente descritivo, deixando uma breve síntese interpretativa para o final, parte-se, aqui, do pressuposto de que a própria história possui potencial pedagógico – positivo-inspirativo como negativo-crítico – para diálogos e debates ecumênicos atuais.

## 1 CONCEITO E TIPOS DE DIÁLOGOS INTRA E INTERECLESIASTICOS NO SÉCULO XVI

No sentido amplo da palavra, um *colóquio* ou *diálogo religioso*, conforme praticado na Europa central no século XVI e na primeira metade do século XVII, designa

todas as discussões científicas entre os adeptos das confissões em vias de estabelecimento ou já estabelecidas, de modo particular ou oficial, interna ou publicamente, como conversas informais ou realizadas em formas acadêmicas, eclesiais, judiciais ou políticas, com o intuito de alcançar uma decisão ou um acordo no conflito religioso (DINGEL, 1997, p. 655, tradução nossa).<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> “[...] wissenschaftliche Diskussionen der theologischen Vorkämpfer der werdenden oder etablierten Konfessionen, die privat oder offiziell, intern oder öffentlich als freie Gespräche oder in akademischen, kirchlichen, gerichtlichen oder politischen Formen abgehalten wurden, um zur Entscheidung oder zur Einigung im Religionsstreit zu kommen” (DINGEL, 1997, p. 654).

Em um sentido mais estrito, por sua vez, a expressão se refere a diálogos ocorridos no âmbito da política religiosa imperial na área do Sacro Império Romano-Germânico, do qual o exemplo mais famoso remete à Dieta de Augsburgo, em 1530, quando os representantes luteranos apresentaram a hoje designada Confissão de Augsburgo (LIVRO..., 1997, p. 23-93), entretantes o mais conhecido e difundido manifesto confessional luterano. Quanto à tipologia, os diálogos religiosos podiam se dar no contexto *citadino*, como disputa que levaria a uma eventual adesão à Reforma protestante ou justificaria a *posteriori* uma adesão já ocorrida; enquanto diálogo proposto pelo respectivo senhor *territorial*, com vistas a alcançar a unidade intraprotestante em áreas que haviam aderido à Reforma; ou ainda como diálogos de alcance *imperial* que buscavam superar a divisão confessional ocorrida. Como quarto tipo podem ainda ser mencionados “diálogos religiosos com representantes de correntes anabatistas” (DINGEL, 1997, p. 656, tradução nossa).<sup>4</sup> Nenhuma das formas mencionadas logrou êxito em seus propósitos.

Enquanto para o medievo era característica a prática do *debate* acadêmico, a partir do séc. XVI o diálogo religioso “é [...] retirado da sua moldura acadêmica e transferido para a esfera pública” (DINGEL, 1997, p. 655, tradução nossa).<sup>5</sup> Conhecido exemplo desse uso vem de Zurique, onde, em 1523, foi introduzida a Reforma liderada por Ulrico Zuínglio. Das duas disputas realizadas na cidade naquele ano participaram não apenas teólogos, mas também juristas e conselheiros da cidade. As sessões ocorreram na câmara da cidade, não na universidade; no vernáculo, em vez de em latim. À Escritura Sagrada passou-se a conferir uma autoridade como norma da verdade que não lhe havia sido atribuída até então (DREHER, 2013, p. 263-265).

## 2 DIÁLOGOS RELIGIOSOS NO SÉCULO XVI

### 2.1 Diálogo católico-protestante

No que diz respeito ao diálogo – “diálogo”, neste caso, muitas vezes constitui um eufemismo; alternativamente, usa-se, aqui, “colóquio” – católico-protestante a partir da década de 1520,<sup>6</sup> ele ocorre de forma recorrente nas cidades e territórios em que o movimento reformatório pede passagem. Em âmbito imperial, destacam-se os colóquios de Hagenau/Worms/Ratisbona (1540/1541),<sup>7</sup> Ratisbona (1546), e Worms (1557), entre católicos e luteranos. Em Poissy, deu-se um colóquio entre católicos e protestantes-huguenotes, em 1561.

<sup>4</sup> “[...] Religionsgespräche mit Repräsentanten täuferischer Strömungen” (DINGEL, 1997, p. 656).

<sup>5</sup> “[...] wird [...] aus dem akademischen Rahmen herausgelöst und in die Sphäre der Öffentlichkeit übertragen” (DINGEL, 1997, p. 655).

<sup>6</sup> Se assim se quiser, pode-se incluir já a Disputação de Leipzig (1519), entre o teólogo católico Johannes [João] Eck e os teólogos de Wittenberg Andreas Bodenstein, chamado Karlstadt, e Lutero (SMOLINSKY, 2014c, p. 260-261). O debate se dá ainda entre teólogos católicos, mas a tendência à ruptura já é evidente, naquele momento.

<sup>7</sup> Ver Moeller (2014, p. 302-324). Aos mencionados colóquios também João Calvino se fez presente, assinando, inclusive, em Ratisbona, “a *Confessio Augustana variata* como fórmula mediadora entre as divergentes posições reformatórias” (SMOLINSKY, 2014b, p. 335). As igrejas luteranas têm adotado a chamada *Confessio Augustana invariata*, conforme originalmente apresentada à Dieta Imperial, em Augsburgo.

Ainda que não tenha trazido aos protestantes a aceitação que esperavam, mencionado colóquio lhes conferiu a “percepção pública [da existência] de constituição eclesial confessionalmente autônoma” (DINGEL, 1997, p. 663, tradução nossa)<sup>8</sup> na França (LINDBERG, 2001, p. 342-345). Em 1645, em Thorn (Polônia),<sup>9</sup> foram reunidos em colóquio representantes católicos, luteranos, dos irmãos morávios e reformados.<sup>10</sup> As sessões de discussão permaneceram infrutíferas e se transformaram em “etapa na recatolização da Polônia” (DINGEL, 1997, p. 663, tradução nossa).<sup>11</sup>

De autoria de Filipe Melanchthon, amigo e colaborador de Lutero, a Confissão de Augsburg foi apresentada à Dieta Imperial reunida em 1530 na mencionada cidade, como síntese da fé evangélico-luterana.<sup>12</sup> Vinte e um artigos procuravam demonstrar a catolicidade – e, portanto, o consenso com a Igreja de Roma – da fé professada pelo movimento reformatório (LIVRO..., 1997, p. 27-75), enquanto os últimos sete artigos fazem referência a temas em que se julgava necessário proceder correções na doutrina e na prática da Igreja católica (LIVRO..., 1997, p. 40-92). O sobrepeso numérico de artigos considerados consensuais indica, de antemão, o interesse dialogal de Melanchthon.<sup>13</sup> Enquanto Lutero, ao longo de sua trajetória, mais e mais enfatizou sua crítica a Roma, Melanchthon permaneceu vividamente interessado no diálogo com a chamada “antiga fé”. Apesar do interesse essencialmente irênico de Melanchthon, a Confissão de Augsburg não logrou êxito no seu propósito de ser reconhecida pela parte adversária como legítima expressão da fé cristã. Serviu, todavia, de base para os colóquios que se realizaram uma década mais tarde, nos anos 1540/1541. Também nesses diálogos, porém, temas como eucaristia e sacramentos, celibato, invocação de santos, bem como a pergunta pela “autoridade da igreja na interpretação da Escritura” (GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 27) permaneceram controversos. Na avaliação de Günther Gassmann e Scott Hendrix, já ali se instalava a percepção “de que um acordo sobre o conceito de justificação” – que então se desenhava – “era estéril sem um acordo sobre suas implicações” para as questões controversas em debate (GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 27). De qualquer modo, os ensaios aqui referidos indicam que a procura pelo diálogo interconfessional e pela tolerância se tornou virulenta não somente a partir das guerras religiosas do século XVII, mas já está presente nos primórdios da Reforma protestante (SCHNEIDER-LUDORFF, 2014, p. 698-699).

---

<sup>8</sup> “[...] “öffentliche Kenntnismahme als bekenntnismässig eigenständige Kirchenbildung.” (DINGEL, 1997, p. 663).

<sup>9</sup> Ver Reinhardt (2014, p. 481-482).

<sup>10</sup> Enquanto a Paz de Augsburg, de 1555, deu legitimidade legal aos luteranos, identificados pela respectiva adesão à Confissão de Augsburg, a referência a igrejas, grupos ou pessoas “reformadas” e “reformados” designa especificamente aquela linha da Reforma protestante (magisterial) que surge no sul da Alemanha e na Suíça – reconhecida e permitida, em 1648, pela Paz de Westfália (GUHRT, 1992).

<sup>11</sup> “[...] Etappe in der Rekatholisierung Polens” (DINGEL, 1997, p. 663).

<sup>12</sup> Para o desenrolar dos acontecimentos em torno da elaboração e apresentação da Confissão de Augsburg, ver Smolinsky (2014a, p. 285-286). Ver, também, Dreher (2013, p. 241-242) e Gassmann e Hendrix (2002, p. 22-23). Sobre os antecedentes da Confissão de Augsburg, ver Gassmann e Hendrix (2002, p. 42-43).

<sup>13</sup> Por outro lado, tanto Dreher (2013, p. 241) quanto Smolinsky (2014a, p. 285) destacam a intenção de Melanchthon de se distanciar das diversas correntes suíças de Reforma.

## 2.2 Diálogos no contexto da Reforma magisterial

Especial destaque recebeu, em todas as linhas da chamada Reforma magisterial, a centralidade da Escritura Sagrada como norma de doutrina, fé e prática. O que, porém, para um olhar superficial poderia servir como base e garantia de uma confissão de fé comum, logo se revelou como fonte de discórdia e tensão. Por isso, não admira que, não apenas entre católicos e protestantes, mas também dentro do próprio protestantismo, diálogos religiosos se fizeram necessários.

O mais famoso entre esses diálogos intraprotestantes ocorreu por iniciativa do príncipe Filipe de Hessen e entrou para a história como Colóquio de Marburgo (LINDBERG, 2001, p. 229-237; DREHER, 2013, p. 275-276). A participação de Filipe revela a importância política do encontro, numa época em que convicções religiosas não eram vistas como sendo apenas crenças de ordem pessoal, mas relevantes para o conjunto da sociedade, e em que necessário se fazia preservar unidos os territórios protestantes na luta contra o imperador e os estamentos católicos.<sup>14</sup> Na mencionada cidade encontraram-se, em 1529, Lutero e Zuínglio, juntamente com respectivos colegas, para um debate sobre questões teológicas controversas entre Wittenberg e Zurique. No referido colóquio culmina, sem conseguir solucioná-la, uma controvérsia que já vinha se arrastando há pelo menos meia década a respeito da compreensão da ceia do Senhor. Ao passo que Zuínglio compreendia a ceia essencialmente como memorial do sofrimento de Cristo, Lutero insistia em uma compreensão sacramental da mesma. Enquanto Lutero recorria às palavras da instituição conforme Mateus 26,26; Marcos 14,22; Lucas 22,19; e I Coríntios 11,23 e interpretava a afirmação do Senhor de que “isto é o meu corpo” como evidência da presença real de Cristo no sacramento, Zuínglio advogava uma interpretação simbólica. Para ele, a expressão latina *est* – “é” –, usada por Jesus, quando da instituição da ceia, especificamente, do pão, apenas remete a e faz lembrar de algo que ocorreu no passado. Não é aqui o lugar para aprofundar a pergunta pelos pressupostos filosóficos que nortearam os contraentes, mas parece haver consenso na pesquisa a respeito da influência de um “dualismo platônico entre corpo e alma” (LINDBERG, 2001, p. 229; GESTRICH, 1967, p. 68) sobre Zuínglio, que orienta não por último a forma como ele lê e interpreta a Bíblia. Já aquele evento dos primórdios da Reforma indica, em todo o caso, que o famoso pilar protestante *sola scriptura*, por si só, não garante consenso ou unidade em fé e doutrina, mas precisa que se esclareçam os critérios de interpretação da Bíblia. A compreensão da santa ceia e de seus pressupostos cristológicos permanecerá controversa entre luteranos e calvinistas, na segunda metade do século XVI. Batismo e predestinação também serão causa de dissenso. Quanto à veneração dos santos, estabelece-se um consenso mínimo, ainda que os calvinistas não acompanhem a compreensão luterana, segundo a qual as imagens nas igrejas possuem valor pedagógico para os fiéis (DINGEL, 1997, p. 666-669).

---

<sup>14</sup> Que a questão religiosa é considerada elemento essencial para o governo e a manutenção da paz social é percepção que remonta, no mínimo, até o imperador romano Constantino e o I Concílio de Nicéia (325) (HAUSCHILD, 1995, p. 143-144).

O *Livro de Concórdia*, compilado em 1580 (GASSMANN; HENDRIX, 2014, p. 40-42), reúne os principais escritos confessionais do luteranismo e dá testemunho de uma longa trajetória de discórdias e controvérsias dentro da mencionada linha do protestantismo. Enquanto de um lado estavam os chamados “filipistas”, suposta ou realmente discípulos de Melanchthon, do outro havia os “gnesioluteranos” que, à sua maneira, se consideravam depositários do verdadeiro ensino de Lutero. As “linhas teológicas” separaram não apenas indivíduos, mas territórios. Também aqui, fé e política permaneceram indissociáveis. Produzir um consenso mínimo entre as partes conflitantes era questão não apenas teórica, mas de interesse público. Temas como os adiaforos (questões nem ordenadas nem proibidas pelas Escrituras, especialmente relativamente “a cerimônias e usos eclesiásticos”), (LIVRO..., 1997, p. 654) a relevância das boas obras para a justificação, o papel do livre arbítrio na conversão e a função da lei na vida da pessoa cristã foram intensamente discutidos, até produzirem consensos – mais ou menos efetivos – sintetizados nos doze artigos expostos na Fórmula de Concórdia (LIVRO..., 1997, p. 497-683). As discussões intraluteranas no século XVI e a referência ao “filipismo” apontam indiretamente para uma questão que, à sua maneira, tem consequências de longo prazo, inclusive para um diálogo ecumênico atual. A questão pode ser assim formulada: pode-se falar em luteranismo, no singular, como grandeza homogênea?<sup>15</sup> Dessa pergunta decorre, por exemplo, a seguinte: um documento como a *Declaração conjunta sobre a doutrina da justificação* pode ter justa esperança de obter aceitação unânime dentro do luteranismo? (PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS; FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL, 2015, p. 42). Penso que para a própria autocompreensão do luteranismo é mister que se perceba com mais clareza essa dupla linhagem teológica dentro da tradição luterana que, possivelmente, explica divergências existentes ainda hoje no seio das igrejas luteranas.

Se Lutero e Zuínglio não conseguiram alcançar uma aproximação, em compensação essa se concretizou entre os grupos reformados de Zurique e Genebra. Em 1549, é firmado o Consenso de Zurique (*Consensus Tigurinus*), entre Henrique Bullinger, sucessor de Zuínglio, e João Calvino. Esse consenso se tornou “decisivo para a formação da comunidade reformada com uma coerente estrutura confessional” (KAUFMANN, 2014, p. 365-370), conseguindo contornar as diferenças eclesiológicas e alcançar “uma posição comum sobre a questão sacramental”. Para a tradição reformada na área do Sacro Império Romano-Germânico, o Catecismo de Heidelberg (1563), influenciado mais por Melanchthon que pelos reformadores (franco-)suíços, se tornou expressão confessional expoente.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Essa pergunta pela homogeneidade do luteranismo é, pois, anterior aos movimentos de união luterano-reformados, na Alemanha, a partir do final do século XVIII, das quais a mais conhecida é a chamada União Prussiana. Em 1817, ano do terceiro centenário do início da Reforma, o rei Frederico Guilherme III colocou em movimento um processo de unificação dos dois grupos protestantes existentes na Prússia, que obteve “grande aceitação tanto no clero prussiano quanto nas comunidades eclesiais, exceção feita aos grupos de neoluteranos conscientes de sua opção confessional” (NOWAK, 2017, p. 13-15). A União Prussiana teve no teólogo reformado Friedrich Schleiermacher um entusiástico apoiador e é relevante para a compreensão do passado e do presente do luteranismo no Brasil.

<sup>16</sup> Para outras declarações de fé reformadas, ver Kaufmann (2014, p. 367-370).

### 2.3 Diálogos com a Reforma radical

Menos conhecidas, já no século XVI ocorreram tratativas de diálogo também com a chamada Reforma radical (DINGEL, 1997, p. 669-671). Tal qual o imperador desejava preservar ou restaurar a uniformidade religiosa em seus territórios, também as áreas que aderiram ao protestantismo estavam ciosas por mantê-la. Não é difícil imaginar os “diálogos” que ocorreram como tentativas de enquadramento, coação e dissuasão das minorias não conformistas. Onde não ocorria um retorno àquilo que se considerava verdadeira fé evangélica, não faltaram sanções jurídicas, sociais, econômicas, e mesmo físicas. Por outro lado, uma aplicação e exigência modernas de um conceito como “tolerância” sobre eventos de outros tempos corre o risco de anacronismo e de ser injusta com personagens e eventos históricos interessados em confessar a verdadeira fé cristã e preservar, assim, o bem-estar da coletividade. Eclesiologia, batismo e santa ceia, entre outros, foram, à época, e seguem sendo, ainda hoje, temas controversos e que pedem por esforços de mútua compreensão e aprendizado de parte a parte.

Eventualmente extrapolando as definições de *colóquio* ou *diálogo religioso* propostas no início deste artigo, cumpre fazer, ainda, breve referência a algumas tentativas de conciliação de posições divergentes entre linhas “magisteriais” e “radicais” no interior do movimento reformatório do século XVI. Iniciado seja com um caso proveniente do campo luterano, referente a Andreas Bodenstein, da cidade de Karlstadt, pela qual também se tornou conhecido (LINDBERG, 2001, p. 117-173; DREHER, 2013, p. 255-259). Companheiro de primeira hora de Lutero, na Universidade de Wittenberg, Karlstadt rapidamente assumiu posições consideradas “radicais” por Lutero e Melanchthon. Exemplos da radicalidade de Karlstadt podem ser observados no iconoclasmo promovido por ele, em Wittenberg, no fato de ter abdicado das vestes litúrgicas, de ter se apressado a instituir a distribuição do cálice da ceia entre os fiéis bem como de contrair matrimônio. À excessão do iconoclasmo, todos os demais passos estavam no horizonte de Lutero, mas, na opinião deste, Karlstadt procedia de forma impositiva, legalista. Não por último, Karlstadt abdicou de seu cargo de professor universitário, optando por assumir o trabalho pastoral na paróquia da desconhecida cidade de Orlamünde. Foi em Jena e Orlamünde que, por ordem do senhor territorial, em 1524, Lutero prestou uma visita a Karlstadt e onde se deu, se assim quisermos, um “colóquio” entre os dois. O primeiro encontro aconteceu em uma hospedaria, em Jena, nada trazendo, a não ser “acusações e ataques, tanto teológicos como pessoais” (LINDBERG, 2001, p. 167). O segundo “debate” ocorreu em Orlamünde, em presença dos fiéis da comunidade local. Também esse encontro terminou em um debacle. Depois disso, a controvérsia entre os dois seguiu por meio literário, na forma de panfletos. Ainda em 1524, Karlstadt foi expulso do território da Saxônia Eleitoral. Após circular por várias regiões do sul da Alemanha e da Suíça, finalmente foi incumbido da cátedra de Antigo Testamento, na Universidade de Basileia, cidade em que faleceu. Conjugando uma posição bem estabelecida no *status quo* acadêmico com uma teologia espiritualista – isenta de mediações institucionais,

peçoais e comunicativas – Karlstadt parece ter “tomado o caminho da acomodação exterior e da emigração interior” (LINDBERG, 2001, p. 173).

No contexto da Reforma liderada por Ulrico Zuínglio, em Zurique, dão-se os fatos em torno do nascente anabatismo. Os conflitos surgidos na cidade e região de Zurique, na década de 1520, levaram a outros debates públicos, além do primeiro, de 1523, já mencionado neste artigo, que culminou na introdução da Reforma na referida cidade (LINDBERG, 2001, p. 239-263). Percebidos como ameaça não apenas religiosa, mas também social, por Zuínglio e o conselho da cidade, os – retroativamente assim chamados – anabatistas chamavam a atenção especialmente por causa de três questões controversas: 1) “adotavam deliberada e conscientemente uma atitude subversiva em relação aos princípios sociais e religiosos da cidade” (LINDBERG, 2001, p. 242), como a oposição ao batismo de adultos e ao pagamento da chamada dízima; 2) passaram a ler a Escritura Sagrada de maneira distinta à proposta por Zuínglio e demais reformadores magisteriais; 3) eram vistos como “exclusivistas em termos políticos e religiosos” (LINDBERG, 2001, p. 243). Além disso, os anabatistas criticavam a morosidade de Zuínglio relativamente à introdução de reformas práticas na cidade, crítica essa que assumiu contornos similares às acusações de Thomas Müntzer contra Lutero, na Alemanha.<sup>17</sup> Em final de outubro de 1523 ocorreu, por isso, um debate público entre os partidos conflitantes, em que deviam ser esclarecidas questões concernentes às imagens e aos sacramentos. Ao passo que Zuínglio advogava por uma retirada ordeira das imagens das igrejas, o grupo oponente já havia avançado para a prática do iconoclasmo. Enquanto os anabatistas propugnavam a prática do batismo de adultos como testemunho de fé, Zuínglio e o conselho da cidade viam nessa prática uma subversão da ordem constituída e ameaça à integridade da sociedade. Em janeiro de 1524, ocorreu novo debate público, dessa vez a respeito do pagamento da dízima, ao qual os anabatistas se recusavam, alegando ser a mencionada taxa resquício católico e medida de exercício de controle do Estado sobre seus cidadãos. Tal qual os já mencionados, também o debate de novembro de 1524 não levou a consenso, mas “degenerou em uma competição de gritaria” (LINDBERG, 2001, p. 258). A partir desse momento, a liderança da cidade decidiu por tratar com todo o rigor o grupo dissidente. Em janeiro de 1527, o anabatista Felix Mantz foi sentenciado à morte por afogamento, tornando-se, assim, “o primeiro mártir ‘protestante’ morto pelas mãos de protestantes” (LINDBERG, 2001, p. 259).

Não é aqui o lugar para detalhar os casos de Thomas Müntzer (LINDBERG, 2001, p. 173-202; DREHER, 2013, p. 277-289) e Miguel Servet (LINDBERG, 2001, p. 320-325), nomes bem conhecidos da publicística posterior a eles.<sup>18</sup> Cada qual à sua maneira, ambos prefiguram formas de pensamento que se tornaram influentes nos cinco séculos, desde então: Müntzer, em seu misticismo revolucionário; e Servet, em seu racionalismo anti-dogmático. Suas controvérsias com

---

<sup>17</sup> Para os paralelismos e também contatos entre os grupos “radicais” de Zurique e Müntzer, ver Lindberg (2001, p. 254-255).

<sup>18</sup> Também a resposta de Calvino à correspondência do cardeal Jacó/Tiago Sadoletto com Genebra não será aprofundada. A esse respeito, ver Arnold (2008, p. 41) e Stolk (2008, p. 107).



Lutero (Müntzer) e Calvino (Servet), respectivamente, ocorreram essencialmente em forma literária, também nesse quesito apresentando-se como figuras de vanguarda.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os exemplos mencionados de encontros de diálogo – por vezes, entre aspas – entre representantes católicos e protestantes; entre líderes do Protestantismo magisterial; e da Reforma magisterial com representantes de grupos radicais, aponta para continuidades e descontinuidades entre o século XVI e a prática ecumênica dos séculos XX e XXI. Por um lado, chama a atenção como, meio milênio atrás, os mesmos temas estavam em debate que ainda hoje estão a separar pessoas e igrejas cristãs umas das outras. Por outro lado, igualmente merece ser destacado que já no século XVI houve a sensação de que é possível alcançar um consenso básico no que diz respeito à doutrina da justificação. Se Lutero, portanto, estatuiu a mensagem a respeito do ser humano réu e perdido e do Deus justificador e salvador como o tema da Teologia por excelência (BAYER, 2007, p. 28-31), pelo menos de acordo com uma leitura específica dessa mensagem, não é ela que configura o grande pomo de discórdia entre as confissões. Mais controversos eram e continuam sendo temas como os relativos à eclesiologia, ao ministério e aos sacramentos, os quais, por sua vez, não deixam de ter, direta ou indiretamente, consequências para a compreensão da mensagem da justificação por graça mediante a fé em Jesus Cristo.<sup>19</sup>

Um deslocamento significativo do século XVI para os séculos XX e XXI diz respeito aos atores envolvidos nos processos de diálogo. Enquanto no século XVI as disputas teológicas rompem o espaço estritamente acadêmico e alcançam a esfera pública, entretanto os diálogos ecumênicos voltaram a ser primordialmente discussões restritas a especialistas, sem gozar de um maior interesse por parte de outras parcelas da população. Nem por isso tais diálogos perderam relevância pública de lá para cá. Tanto no século XVI quanto hoje, os representantes do poder estavam interessados na preservação daquilo que julgavam ser a ordem social. Na pior das hipóteses, tenta(ram) cooptar a religião para interesses pessoais; na melhor delas, recorrer a ela como meio de fomento ao bem-estar particular e comum. Cinco séculos atrás, autoridades políticas tomaram a iniciativa no sentido de constringer os teólogos ao diálogo, no intuito de (re)estabelecer consensos mínimos que garantissem aquilo que consideravam ser a paz na sociedade. Cinco séculos de coexistência entre a Igreja católica e um protestantismo crescentemente multifacetado e até esfacelado, não apenas na Europa, mas em todos os continentes do globo, produziram a sensação de ser o fenômeno religioso, especialmente cristão, essencialmente uma ameaça à paz social, incapaz de liberar energias pacificadoras. O clamor por diálogo e tolerância ecoa, mas parece refletir mais um temor em relação à intolerância que um genuíno interesse por conteúdos da fé cristã – ou então de outras crenças. Diferentemente do século XVI, os diálogos atuais não se pautam pela busca por uniformidade religioso-confessional,

---

<sup>19</sup> Como também observa Moeller (2014, p. 317).

mas – pelo menos, de um ponto de vista protestante – pela busca e manutenção de um convívio pacífico entre diversas formas de fé, cristã ou não cristã.

Revisitar continuamente a história oferece, portanto, a possibilidade de constante contextualização dos debates em curso, de alerta contra equívocos cometidos, mas também de inspiração para respostas que podem e devem ser dadas às perguntas em pauta nos diálogos ecumênicos. ✨

### REFERÊNCIAS

ARNOLD, Matthieu. Strassburg. In: SELDERHUIS, Herman (Ed.). **Calvin handbuch**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2008. p. 37-43.

BAYER, Oswald. **A teologia de Martin Lutero**: uma atualização. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

DINGEL, Irene. Religionsgespräche IV. Altgläubig – protestantisch und innerprotestantisch. In: MÜLLER, Gerhard (Ed.). **Theologische realenzyklopädie**. Berlin: Walter de Gruyter, 1997. v. 28. p. 654-681.

DREHER, Martin Norberto. **História do povo de Jesus**: uma leitura latino-americana. São Leopoldo: Sinodal, 2013.

FRIELING, Reinhard. Ökumene. In: MÜLLER, Gerhard (Ed.). **Theologische realenzyklopädie**. Berlin: Walter de Gruyter, 1995. v. 25. p. 46-77

GASSMANN, Günther; HENDRIX, Scott. **As confissões luteranas**: introdução. São Leopoldo: Sinodal; Escola Superior de Teologia, 2002.

GESTRICH, Christof. **Zwingli als theologe**. Glaube und geist beim Zürcher reformator. Stuttgart: Zwingli Verlag, 1967.

GUHRT, Joachim. Reformierte Kirchen. In: FAHLBUSCH, Erwin et al. (Eds.). **Evangelisches Kirchenlexikon**. Internationale theologische Enzyklopädie. 3. ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1992. v. 3.

HAUSCHILD, Wolf-Dieter. **Lehrbuch der Kirchen und dogmengeschichte**. Gütersloh: Gütersloher, 1995. v. 1.

KAUFMANN, Thomas. Formação de confissões protestantes. In: KAUFMANN, Thomas et al. (Orgs.). **História ecumênica da Igreja 2**: da Alta Idade Média até o início da Idade Moderna. São Paulo: Loyola: Paulus; São Leopoldo: Sinodal, 2014. p. 358-374.

LEPPIN, Volker. Disputation/disputationen. In: LEPPIN, Volker; SCHNEIDER-LUDORFF, Gury (Eds.). **Das Luther-lexikon**. Ratisbona: Bückle und Böhm, 2014. p. 166-172.

LINDBERG, Carter. **As reformas na Europa**. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

LIVRO DE CONCÓRDIA: as confissões da Igreja Evangélica Luterana. 5. ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1997.

MOELLER, Bernd. A era de ampliação e consolidação da Reforma – 1525-1555. In: KAUFMANN, Thomas et al. (Orgs.). **História ecumênica da Igreja 2**: da Alta Idade Média até o início da Idade Moderna. São Paulo: Loyola: Paulus; São Leopoldo: Sinodal, 2014. p. 302-324.

NOWAK, Kurt. História da Igreja evangélica a partir da Revolução francesa até o final da I Guerra Mundial. In: KAUFMANN, Thomas et al. (Orgs.). **História ecumênica da Igreja 3:** da Revolução francesa até 1989. São Paulo: Loyola: Paulus; São Leopoldo: Sinodal, 2017. p. 3-86.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS; FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. **Do conflito à comunhão.** Comemoração conjunta católico-luterana da Reforma em 2017. Relatório da Comissão Luterana – Católico-Romana para a Unidade. São Leopoldo: Sinodal; Brasília: Edições CNBB, 2015.

REINHARDT, Rudolf. A Igreja católica (1648-1789). In: KAUFMANN, Thomas et al. (Orgs.). **História ecumênica da Igreja 2:** da Alta Idade Média até o início da Idade Moderna. São Paulo: Loyola: Paulus; São Leopoldo: Sinodal, 2014. p. 479-515.

SANTA ANA, Júlio de. **Ecumenismo e libertação:** reflexões sobre a relação entre a unidade cristã e o reino de Deus. Petrópolis: Vozes, 1987.

SCHNEIDER-LUDORFF, Gury. Toleranz. In: LEPPIN, Volker; SCHNEIDER-LUDORFF, Gury (Eds.). **Das Luther-lexikon.** Ratisbona: Bückle und Böhm, 2014. p. 698-699.

SMOLINSKY, Heribert. Movimento da Reforma de 1521 a 1525. In: KAUFMANN, Thomas et al. (Orgs.). **História ecumênica da Igreja 2:** da Alta Idade Média até o início da Idade Moderna. São Paulo: Loyola: Paulus; São Leopoldo: Sinodal, 2014a. p. 265-286.

SMOLINSKY, Heribert. O protestantismo inicial na Europa e João Calvino. Genebra e Strassburg (1536-1541). In: KAUFMANN, Thomas et al. (Orgs.). **História ecumênica da Igreja 2:** da Alta Idade Média até o início da Idade Moderna. São Paulo: Loyola: Paulus; São Leopoldo: Sinodal, 2014b. p. 332-335.

SMOLINSKY, Heribert. Os inícios da Reforma. In: KAUFMANN, Thomas et al. (Orgs.). **História ecumênica da Igreja 2:** da Alta Idade Média até o início da Idade Moderna. São Paulo: Loyola: Paulus; São Leopoldo: Sinodal, 2014c. p. 244-265.

STOLK, Maarten. Calvin und Rom. In: SELDERHUIS, Herman (Ed.). **Calvin handbuch.** Tübingen: Mohr Siebeck, 2008. p. 104-112.

TERRA, Kenner Roger Cazotto; OLIVEIRA, David Mesquiati de. Hermenêutica do Espírito: a leitura bíblica na Reforma radical. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 57, n. 1, p. 46-59, jan/jun. 2017. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/ET/article/view/293>. Acesso em: 26 out. 2022.

Recebido em: 17/06/2022.

Aceito em: 15/10/2022.